

Papaiz Associados
Diagnósticos por Imagem S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição.

São Carlos, 27 de março de 2024.
A Diretoria

Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de dezembro de	
		2023	2022
Ativo Circulante		6.282	5.479
Caixa e equivalentes de caixa	4	67	110
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	5	616	-
Clientes	6	5.599	5.369
Clientes a receber		6.199	5.883
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)		(600)	(514)
Não Circulante		16.685	17.747
Realizável a longo prazo		1.913	793
Depósitos judiciais		1.240	793
Outros créditos a receber		607	-
Créditos tributários e previdenciários		66	-
Investimentos	7	210	170
Investimentos em controladas		210	170
Imobilizado	8	13.335	14.893
Imobilizado de uso próprio		5.493	10.842
Outras imobilizações		1.855	3.356
Direito de uso (CPC 06 (R2))	10	5.987	695
Intangível	9	1.227	1.891
Ágio na aquisição de investimentos		210	965
Desenvolvimento de sistemas, licenças de uso de softwares		806	926
Ativos intangíveis alocados		211	-
TOTAL DO ATIVO		22.967	23.226

PASSIVO	Nota	Companhia	
		31 de dezembro de	
		2023	2022
Circulante		4.004	3.578
Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)		1.037	1.118
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	10	1.986	432
Tributos e encargos sociais a recolher		746	706
Fornecedores de bens e serviços	11	109	1.113
Dividendos a pagar		-	50
Outras contas a pagar	12	126	159
Não Circulante		7.516	1.476
Provisões para ações judiciais	13	1.969	1.021
Outras contas a pagar	12	1.120	455
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	10	4.427	-
TOTAL PASSIVO		11.520	5.054
Capital social	14.1	13.137	10.326
Reserva de lucros	14.3	-	7.846
Prejuízos Acumulados	14.4	(1.690)	-
Patrimônio Líquido		11.447	18.172
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.967	23.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Vendas de bens e serviços	15	31.105	31.512
Impostos sobre vendas de bens e serviços	15	(1.772)	(1.796)
RECEITA COM VENDAS		29.333	29.716
Materiais Odontológicos	16	(2.021)	(2.142)
Demais Custos Operacionais	16	(15.682)	(14.920)
LUCRO BRUTO		11.630	12.654
Despesas gerais e administrativas	17	(12.743)	(9.362)
Despesas administrativas		(9.877)	(7.401)
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))		(2.440)	(1.854)
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)		(107)	(107)
Participações no resultado		(319)	-
Resultado Patrimonial		(4.725)	-
Resultado da equivalência patrimonial		(999)	(524)
Resultado financeiro líquido	18	(1.563)	(556)
Receitas financeiras		465	14
Despesas financeiras		(991)	(370)
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))		(1.037)	(200)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(8.400)	2.212
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	19	(1.136)	(951)
Corrente		(1.136)	(951)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(9.536)	1.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.536)	1.261
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(9.536)	1.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.536)	1.261
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.690	1.971
Variações monetárias líquidas	192	-
Provisões para ações judiciais	723	-
Resultado de equivalência patrimonial	999	524
Provisão para perdas sobre créditos	107	107
Provisão imposto de renda e contribuição social	1.136	951
Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros	4.725	-
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))	2.440	1.854
Aluguéis (CPC 06 (R2))	(2.778)	-
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	1.037	200
	2.735	6.868
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(1.136)	(87)
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	(616)	-
Clientes	(337)	(567)
Outras contas a receber	-	70
Estoques	-	782
Realizável a longo prazo (não circulante)	(183)	(372)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(2.514)	(3.504)
Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)	(81)	(313)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.083)	(959)
Tributos e encargos sociais a recolher	(13)	81
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.488)	(1.765)
Exigível a longo prazo (não circulante)	1.151	(548)
CAIXA (APLICADO)/GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(915)	3.277
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aporte em controlada	(920)	(1.135)
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.019)	(4.081)
CAIXA (APLICADO)/GERADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.939)	(5.216)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de capital	2.811	908
Empréstimos e financiamentos	-	159
CAIXA (APLICADO)/GERADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.811	1.067
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(43)	(872)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	110	982
Saldo Final	67	110
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(43)	(872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reserva estatutária		
31 DE DEZEMBRO DE 2021		9.418	370	6.215	-	16.003
Transações de Capital com os Sócios		908	-	-	-	908
Aumento de capital social	14.2	908	-	-	-	908
Resultado Abrangente Total		-	-	-	1.261	1.261
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.261	1.261
Proposta de destinação do lucro:	14.3	-	63	1.198	(1.261)	-
Reserva legal		-	63	-	(63)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	1.198	(1.198)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2022		10.326	433	7.413	-	18.172
Transações de Capital com os Sócios		2.811	-	-	-	2.811
Aumento de capital social	14.2	2.811	-	-	-	2.811
Resultado Abrangente Total		-	-	-	(9.536)	(9.536)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(9.536)	(9.536)
Proposta de destinação do lucro:	14.3	-	(433)	(7.413)	7.846	-
Absorção de prejuízo		-	(433)	(7.413)	7.846	-
31 DE DEZEMBRO DE 2023		13.137	-	-	(1.690)	11.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional e informações gerais

A Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (Companhia ou Papaiz), com sede na Alameda Santos, nº 2441, 2º andar, conjunto 21, Cerqueira César, São Paulo, Brasil, tem como objeto social a prestação de serviços radiológicos na área de odontologia.

A Companhia possui 100% de participação na Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax).

Constituída em 02 de fevereiro de 1990, a Lúmax tem como objetivo a prestação de serviços em radiologia, eletroterapia e tomografia para fins odontológicos e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista do capital de outras empresas.

Em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle de suas ações ordinárias representativas de 51% do capital social, por meio da sua Controlada Clidec Participações. Desta forma, a Clidec Participações passou a deter 100% do capital social e controle da Companhia.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1. Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), segundo a premissa de continuidade de suas operações.

2.1.1. Base de Consolidação

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Ativo circulante

2.3.1. Classificação

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Corresponde às disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 4).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

De acordo com a norma CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (“*Solely Payments of Principal and Interest*”) de acordo com as orientações do CPC 48. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (nota 5) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Clientes

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Os recebíveis da Companhia correspondem a valores a serem recebidos de clientes pela prestação de serviços de radiologia odontológica (nota 6).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros.

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.4. Ativo não circulante

2.4.1 Realizável a longo prazo

(a) Depósitos judiciais

Referem-se a processos fiscais atualizados monetariamente pelo índice Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e trabalhistas atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (NPC).

(b) Créditos tributários e previdenciários e outras contas a receber

São demonstrados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ajustados aos valores de realização.

2.4.2 Investimento em controlada

Representada por investimento em controlada avaliada pelo método da equivalência patrimonial com base em seu respectivo balanço patrimonial (nota 7).

2.4.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais (nota 8). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado se este for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.4.4 Intangível

(i) Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos

Refere-se a ágio e ativos adquiridos ao valor justo sobre a aquisição de controladas, mensurado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 9).

(ii) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares que são diretamente atribuíveis a projetos e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. Após a conclusão dos projetos, serão amortizados pelo método linear e os gastos de manutenção reconhecidos como despesa (nota 9).

(iii) Ativos intangíveis alocados

Valores atribuídos à marca e acordo de não concorrência oriundos de aquisição de controle em investida, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 9).

2.5. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros:

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Tributos e contribuições a recolher

(i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão do IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre 8% da receita bruta (lucro presumido), acrescido de adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente a R\$ 240 mil ao ano calculado em conformidade com a legislação. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre 12% da receita bruta (lucro presumido) em conformidade com a legislação em vigor.

(ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 3,0%.

(iii) Obrigações fiscais municipais: Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída à alíquota de 2,0% ou 3,0%.

(iv) Obrigações sociais: encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.7. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, classificadas como passivo circulante. São reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.8. Capital social

As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido (nota 14.1).

2.9. Distribuição de lucros

Destinação do lucro líquido do exercício é reconhecida contabilmente quando de sua deliberação pelos acionistas.

2.10. Reconhecimento das receitas

(a) Prestações de serviços

Receitas oriundas a prestação de serviços de radiologia odontológica e tomografia, diretamente com pacientes e contratos de prestação com operadoras, são apropriadas ao resultado conforme a prestação do serviço (nota 15).

(b) Financeiras

Referem-se ao resultado gerado pelas receitas oriundas de aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 18).

2.11. Dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Papaiz é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago, até o término do exercício social, na conta “dividendo adicional proposto”, até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.12. Normas e interpretações

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Confins — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

3. Combinação de negócios

Foi contratado um laudo (PPA) realizado pelo avaliador FV Finance Assessoria e Consultoria Contábil Ltda., para avaliação do ágio decorrente da aquisição de controle da empresa Lúmax, o qual foi registrado e contabilizado em 2023.

Com base no objetivo desta avaliação, nas premissas utilizadas, nos critérios e metodologias de avaliações adotados, a seguir, é apresentado resultado da avaliação do ágio no seu respectivo laudo, segundo CPC 15:

Em 31 de março de 2023	Saldos
Contraprestação transferida	644
Total da contraprestação	644
Valor patrimonial	(321)
Ágio + valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	965
Ativos intangíveis	222
Marcas	210
Non Compete	12
Ativos imobilizados	546
Mais valia	546
Outros ativos e passivos não circulantes	(13)
Ativo indenização	574
Passivo contingente	(587)
Ágio	210

O total da contraprestação da Lúmax é no valor de R\$644, e o saldo remanescente em 31 de dezembro 2023 é de R\$626 (R\$455 em 31 de dezembro de 2022) (nota 12).

4. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa	2	2
Numerários em trânsito	3	4
Bancos conta movimento	51	23
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	11	81
	67	110

¹ Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

5. Aplicações financeiras (Ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém aplicado suas cotas nos Fundos de Renda Fixa – BRAM REF DI CORAL II e BRAM RF CP BANC (BRAM REF DI CORAL II e BRAM FED II em 31 de dezembro de 2022), classificados como nível hierárquico 2 (nota 2.3.3).

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado

	Livres	Total
31 de dezembro de 2022	-	-
Aplicações	5.240	5.240
(-) Resgates	(4.724)	(4.724)
Rendimentos	100	100
31 de dezembro de 2023	616	616

6. Clientes

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Faturas ¹	5.147	4.922
Cartões ²	1.052	961
Créditos com prestação de serviços	6.199	5.883
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	(600)	(514)
Créditos com prestação de serviços	5.599	5.369

¹ Inclui clientes de convênio odontológicos

² Inclui clientes particulares

7. Investimentos

	Capital social	Quotas possuídas	Participação (%)	31 de dezembro de 2023		Equivalência patrimonial		Saldo de investimento	
				Prejuízo do exercício	Patrimônio líquido	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
Controlada						2023	2022	2023	2022
Lúmax	2.065	2.064.636	100	(880)	210	(999)	(524)	210	170

8. Imobilizado

	31 de dezembro de 2022	Aquisições	Aquisição Lúmax¹	Baixas	Depreciações / Amortizações	31 de dezembro de 2023	Custo de aquisição	Depreciações / Amortizações	Saldo contábil, líquido	Taxa anual de depreciação (%)
Equipos. de computação	1.417	35	-	(1.232)	(219)	1	53	(52)	1	20
Máquinas e equipamentos	8.089	279	546	(2.200)	(1.312)	5.402	10.238	(4.836)	5.402	10
Móveis e utensílios	312	45	-	(334)	(23)	-	-	-	-	10
Aparelhos e acessórios	1.024	59	-	(917)	(76)	90	162	(72)	90	20
Imobilizado	10.842	418	546	(4.683)	(1.630)	5.493	10.453	(4.960)	5.493	
Outras imobilizações (benfeitorias)	3.356	435	-	(236)	(1.700)	1.855	7.008	(5.153)	1.855	20
Imobilizações	14.198	853	546	(4.919)	(3.330)	7.348	17.461	(10.113)	7.348	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	695	9.618	-	-	(4.326)	5.987	10.313	(4.326)	5.987	
Imobilizado	14.893	10.471	546	(4.919)	(7.656)	13.335	27.774	(14.439)	13.335	

¹ Mais valia sobre o imobilizado, devido a aquisição de controle de 100% sobre o capital da controlada Lúmax (nota 3).

9. Intangível

	Ágio na aquisição de investimentos ¹	Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de <i>softwares</i>	Ativos intangíveis alocados	Total de Intangível
31 de dezembro de 2022	965	926	-	1.891
Adições	-	166	-	166
Aquisição Lúmax	-	-	222	222
valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos (nota 3)	(755)	-	-	(755)
Amortizações	-	(286)	(11)	(297)
31 de dezembro de 2023	210	806	211	1.227
Custo	210	1.527	222	1.959
Amortizações acumuladas	-	(721)	(11)	(732)
Saldo contábil, líquido	210	806	211	1.227

¹ Ágio gerado pela aquisição de controle de 100%, sobre o capital da controlada Lúmax (nota 3).

10. Direito de uso e passivo de arrendamento – CPC 06 (R2) IFRS 16

A Companhia reconhece seus passivos de arrendamentos relacionados aos aluguéis de imóveis de acordo com as premissas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. Estes passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados a taxa adotada pela Companhia em suas projeções, em média de 13,32%, e em contrapartida foram reconhecidos como direito de uso no ativo. Os impactos totais mensurados estão demonstrados a seguir:

	Classificação	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Direito de uso	Ativo não circulante	10.313	695
Amortização acumulada	Ativo não circulante	(4.326)	-
Ativo		5.987	695
Passivo de arrendamento	Passivo circulante	2.670	432
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo circulante	(684)	-
		1.986	432
Passivo de arrendamento	Passivo não circulante	5.243	-
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo não circulante	(816)	-
		4.427	-
Passivo		6.413	432

11. Fornecedores

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Honorários	-	233
Fornecedores de bens ¹	109	881
	109	1.114

¹ Em 2022, foram aquisições de equipamentos odontológicos devido a substituição e instalação de uma nova unidade, com previsão de abertura em 2024.

12. Outras contas a pagar

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Investimento a Pagar ¹	626	455
Contraprestações contingentes ¹	620	-
Outros ²	-	159
	1.246	614
Passivo circulante	126	159
Passivo não circulante	1.120	455
	1.246	614

¹ Refere-se a aquisição da Lúmax pela Papaiz.

² Em 2022, refere-se a aquisição de empréstimos e financiamentos.

13. Provisões para ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$1.969 (R\$1.021 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 03 processos judiciais fiscais, cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$ 390, os quais não são provisionados.

(b) Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 07 processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda na ação é possível, no montante de R\$ 549, os quais não são provisionados.

(c) Cível e Administrativo

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum processo cível com a probabilidade de perda possível.

(ii) Administrativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 06 processos administrativos, todos fiscais, cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$ 71, os quais não são provisionados.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$13.137 (R\$10.326 em 2022) divididos em 13.137.149 (10.326.149 em 2022) ações ordinárias sem valor nominal.

14.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2023, a Companhia recebeu um aporte no valor de R\$2.811 que foi totalmente subscrito (R\$908 em 2022).

14.3 Reservas de lucros

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. Em 2023, os saldos de reservas de lucros foram totalmente absorvidos pelo prejuízo do exercício.

Reserva estatutária: conforme Estatuto Social corresponde ao saldo de lucro líquido deduzido de: i) 5% destinado à constituição da reserva legal; ii) dividendo mínimo obrigatório de 25% e iii) absorção de prejuízos acumulados, se houver. Em 2023, os saldos de reservas de lucros foram totalmente absorvidos pelo prejuízo do exercício.

14.4 Prejuízos acumulados

A Companhia auferiu prejuízo de R\$9.536. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.690.

15. Receita líquida de prestação de serviços

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Serviços de radiologia odontológica	19.810	20.682
Serviços de tomografia	10.300	9.422
Outros serviços prestados	995	1.408
Receita Bruta	31.105	31.512
Impostos sobre vendas de bens e serviços	(1.772)	(1.796)
Receita líquida de prestação de serviços	29.333	29.716

16. Custo com materiais e serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Materiais dentológicos	(2.021)	(2.142)
Pessoal	(8.293)	(8.196)
Serviços terceiros	(3.716)	(3.551)
Localização e funcionamento ¹	(3.436)	(2.975)
Taxas e tributos	(151)	(135)
Outras	(86)	(63)
	(17.703)	(17.062)

¹ Refere-se, principalmente, devido a terceirização dos serviços de conservação e limpeza.

17. Despesas gerais e administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Pessoal	(3.271)	(2.959)
Serviços terceiros	(1.602)	(1.537)
Localização e funcionamento	(1.102)	(725)
Publicidade e propaganda	(89)	(129)
Taxas e tributos	(56)	(42)
Depreciações e amortizações ¹	(3.690)	(1.971)
Amortização direito de uso	(2.440)	(1.854)
Provisão para perdas sobre créditos	(107)	(107)
Participações no resultado	(319)	-
Outras	(67)	(38)
	(12.743)	(9.362)

¹ Refere-se, principalmente, devido as aquisições de máquinas e equipamentos e benefícios em imóveis de terceiros.

18. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	100	14
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	365	-
Receitas financeiras	465	14
Tarifas bancárias	(67)	(45)
Ajuste a valor presente (AVP) - passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(1.037)	(200)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(422)	-
Atualização monetária investimento a pagar	(132)	-
Outras despesas financeiras	(370)	(325)
Despesas financeiras	(2.028)	(570)
	(1.563)	(556)

19. Imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Bruta	31.105	31.512
Alíquota de presunção IRPJ (%)	8	8
Alíquota de presunção CSLL (%)	12	12
Base de cálculo presumida de IRPJ - Receita	(2.488)	(2.521)
Base de cálculo presumida CSLL - Receita	(3.733)	(3.781)
Outras Receitas:		
Atualização monetária e rendimentos de aplicações financeiras	(465)	(14)
Outras receitas tributáveis	(130)	-
Base de cálculo presumida de IRPJ	(3.083)	(2.535)
Base de cálculo presumida de CSLL	(4.327)	(3.795)
IRPJ - Alíquota 15%	(462)	(380)
IRPJ - Adicional 10%	(284)	(229)
CSLL - Alíquota 9%	(389)	(342)
Despesa de IRPJ e CSLL total	(1.136)	(951)

20. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Em 2023, a Companhia auferiu receita com prestação de serviços de convênio com a empresa Odontoprev S.A., correspondente a R\$ 4.917.

A Companhia mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista indireta da Papaiz, faz parte. Tais operações são relacionadas abaixo:

		31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Natureza	Ativo	Receita	Despesa	Ativo	Receita	Despesa
Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	10	-	-	18	-	-
Banco Bradesco S.A.	Aplicações financeiras	616	102	-	-	1	-
Banco Bradesco S.A.	Tarifa bancária	-	-	(27)	-	-	(16)
		626	102	(27)	18	1	(16)

André Moreira Guimarães
Contador - CRC - RJ-108534/O-7